

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.454.478 - RJ (2019/0049367-1)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : SAARA GONCALENSE COMERCIO DE UTILIDADES EIRELI
AGRAVANTE : GILSON DA SILVA DIAS
ADVOGADO : CARLOS ALBERTO VICTOR DO ESPIRITO SANTO - RJ029475
AGRAVADO : ZENILDO PETRELLI NUNES
ADVOGADO : DIOGO HENRIQUE FULY BRAGA E OUTRO(S) - RJ157083

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por SAARA GONÇALENSE COMÉRCIO DE UTILIDADES EIRELI contra decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado:

"Locação não residencial. Incêndio do imóvel locado. Omissão quanto ao pedido de indenização securitária. Sentença cifra petita. Violação à congruência externa. Motivação que deve observar ao disposto no art. 93, IX, da CF e no art. 458, II, do CPC-73. Error in procedendo. Anulação do decum. Impossibilidade de aplicação extensiva do artigo 1013, §3º, inciso III do CPC-15. Causa que ainda não está em condições de ser julgado. Preliminar acolhida. Apelação do locador provida. Prejudicados os apelos da locatária e do fiador. Decisão monocrática mantida. Agravo interno da locatária desprovido" (fl. 360 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 390/395 e-STJ).

Nas razões do especial (fls. 403/405 e-STJ), a recorrente alega violação dos arts. 393 e 759 do Código Civil. Sustenta, em síntese, que

"Vê-se, assim, que a tese de direito sustentada contraria aquela inserida no mencionado Art. 759 do Código Civil, onde se preceitua que a emissão da apólice do seguro é precedida de proposta escrita com a declaração dos elementos essenciais do interesse a ser garantido e do risco, proposta essa que poderia não ser aceita pelo segurador, circunstância que impedia a fixação do valor da indenização do seguro pela julgadora de primeiro grau, não ocorrendo sentença 'citra petita', sujeita à anulação.

Inegável, ainda, a contrariedade ao Art. 393 do Código Civil, que, abraçando a tese de direito da irresponsabilidade pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se viu em oposição à sustentada pelo venerando acórdão recorrido" (e-STJ fl. 404).

O recurso foi inadmitido na origem (fls. 414/416 e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame

Superior Tribunal de Justiça

do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Com efeito, a deficiência na fundamentação recursal restou evidenciada, na medida em que a recorrente, apesar de mencionar os artigos como malferidos, não especifica de que forma eles teriam sido contrariados pelo acórdão recorrido, inviabilizando a compreensão da controvérsia posta nos autos. Incide, pois, a Súmula nº 284/STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."*

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. COMPANHIA TELEFÔNICA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. DOBRA ACIONÁRIA. VIOLAÇÃO DE SÚMULA. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME. OFENSA À COISA JULGADA. DISPOSITIVOS LEGAIS VIOLADOS. DEMONSTRAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA 284/STF. (...)

(...)

2. A mera indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que haja demonstração clara e objetiva de como o acórdão recorrido teria malferido a legislação federal, não enseja a abertura da via especial, de modo que deve a parte recorrente demonstrar os motivos de sua insurgência, o que não ocorreu no caso em exame. A deficiência na fundamentação recursal inviabiliza a abertura da instância especial e atrai a incidência, por analogia, do disposto no verbete sumular n. 284 do STF. Precedentes.

(...)

4. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no AREsp 708.667/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 22/6/2016).

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator